

- XCVI -**AS CARACTERÍSTICAS PRESENTES NOS DOCUMENTOS OFICIAIS
REFERENTES AOS PROCESSOS DE ELEIÇÃO DE GESTORES
ESCOLARES NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO PORTAL DO
SERTÃO****Solange Mary Moreira Santos**PPGE/Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS. Brasil
solangemmsantos@gmail.com**Selma Barros Daltro de Castro**Universidade do Estado da Bahia/UNEB. Brasil
selmadaltro@gmail.com**Introdução**

Na contemporaneidade a gestão escolar passou a estabelecer características pela busca de democratização, participação e alcance da qualidade da educação pública na implementação de medidas, como: eleição direta para diretores de escola, criação dos conselhos escolares, elaboração de projeto político pedagógico, entre outras ações políticas (ANDRADE, 2011) no Brasil. Isto porque a concepção de gestão é compreendida como um processo coletivo, permeado pelos princípios de participação e diálogo constante, bem como tomada de decisões para a garantia do direito de aprender, capaz de promover a emancipação social dos indivíduos.

Nesse sentido, a gestão escolar tem como função a implementação dos princípios e dos mecanismos de participação e democracia, com criação de espaços colegiados voltados para a distribuição de poderes, visando dialogar e negociar a organização do espaço escolar, assumindo o papel de mediador entre exigências externas, nos campos social, cultural e educacional e dos processos decisórios que acontecem no interior da escola.

A temática da gestão escolar tem ultrapassado os muros da escola, se inserindo no campo de estudo das políticas educacionais e ocupando lugar de destaque nos cursos de formação de professores, seja na área do ensino, da extensão ou da pesquisa. Nesse sentido, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que se caracteriza como um centro de formação de professores e de grande penetração no Território de Identidade do Portal do Sertão (TIPS), através do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores (NUFOP), reconhece a necessidade de investigar sobre a gestão escolar, no que diz respeito a sua regulamentação nesse Território, composto por vinte municípios baianos, a partir da análise dos documentos editados nos anos de 1990 a 2015.

A visão dessa situação nos fez refletir sobre a necessidade de desenvolver um estudo que tem como foco a construção de uma referência própria para apoiar e orientar os gestores à frente de suas unidades de atuação, bem como sobre a importância de se discutir a concepção de gestão adotada pelas escolas municipais, a partir do corpus documental de cada município.

Método e *locus* da pesquisa

A pesquisa documental foi a opção metodológica utilizada nesta investigação, possibilitou uma compreensão contextualizada dos cinco municípios do Território, do ponto de vista histórico e sociocultural referentes aos processos de eleição de gestores escolares, dos eleitores e dos pré-requisitos para a função de gestor escolar. Os documentos considerados como oficiais foram os produzidos pelos poderes executivos e legislativos no referido município no período de 1990 a 2015, como leis e decretos.

Na análise dos documentos levamos em consideração o contexto histórico-educacional em que foram construídos, visto que, conforme argumentam Sá-Silva, Almeida; Guindani (2009) revelaram as concepções, regulamentações e orientações neles contidas e expressam propósitos políticos e de articulação com a comunidade local. Mainardes (2006) defende que a análise de um texto e de uma política precisa ser feita considerando o tempo e o local de sua produção e a articulação de processos macro e micro que subsidiam e influenciam a construção de política. Dessa forma, foi preciso considerar períodos, tempos históricos e condições locais para evidenciar aspectos relacionados à construção do texto legal sobre a gestão escolar.

Assim, a investigação se revestiu de relevância social, pedagógica, científica e local por se tratar de tema da realidade política de regulamentação e implementação da gestão escolar nos municípios.

Eleição de gestores escolares nos cinco municípios de TIPS

Ao compreendermos a gestão escolar como uma política educacional é imprescindível que a análise das características históricas e políticas contidas nos documentos oficiais que a regulamentam, nos diversos municípios seja realizada numa perspectiva de uma gestão democrática, autônoma e de participação compartilhada na organização do espaço escolar. No que diz respeito às discussões sobre a política para gestão democrática escolar, Cunha (1981), Saviani (2008) e Paro (2011) afirmam que foram os movimentos acadêmico-científicos, como Associação Nacional de Educação (ANDE), Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-

Graduação em Educação (ANPEd) e mais os movimentos estudantil, sindical e popular que trouxeram à tona as discussões para implementação de tal política no cenário educativo nacional.

Em dois desses municípios (1 e 4), os movimentos em defesa da gestão escolar democrática se efetivaram entre a segunda metade dos anos de 1980 e 2000 e ganharam destaque com o movimento sindical encabeçado pela Associação dos Professores de Feira de Santana (APROFS) e, posteriormente, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB). Desse modo, teve origem a regulamentação da gestão democrática nas escolas desses municípios, demarcando o início de um processo dialógico em que se complementariam consenso e conflito, permeados pelo processo de participação direta nas decisões e pela escolha dos gestores.

Torna-se importante para consolidação da análise e construção de argumentos explicativos sobre o processo de gestão e o entendimento que se tem sobre esta participação, explicitados nos documentos posteriores ao ano de 1980, tomarmos como referência o processo de eleição de diretores escolares e dos eleitores, apresentados nas legislações locais desde o ano de 1990 no município 1 e no município 4 a partir dos anos de 2000. Outro dado observado nos dispositivos desses dois municípios é explicitação dos votantes para o processo de eleição direta para diretores e vice-diretores das escolas municipais, sem estabelecer efetivamente o quantitativo de cada representação.

Nos demais municípios, os normativos legais situam-se em direção às determinações emanadas pelas relações de poder das políticas educacionais locais, bem como as formas de organização da gestão escolar. Desse modo, constatamos nesses normativos que o modelo de existe a partir das inter-relações que se estabelecem entre poder local e contexto nacional, encontrando-se sempre em processo de criação e de recriação pelas condições políticas e históricas que são estabelecidas em cada município.

Considerações finais

Com a pesquisa foi possível catalogar os documentos oficiais que tratam da gestão escolar de cinco municípios de TIPS desde 1990. Contudo, em dois municípios evidenciamos que a regulamentação da gestão escolar traz a eleição de diretores pela comunidade como forma de provimento da função gestora. Tal conquista no campo da gestão escolar pode ser atribuída, sobretudo, à participação e influência dos movimentos docentes e da própria população local. Já nos outros municípios, os dispositivos legais não estabelecem critérios para o encaminhamento do exercício de participação política em direção a uma gestão escolar democrática.

A visão desse contexto nos fez refletir sobre a necessidade de desenvolver um estudo que tem como foco a análise da gestão escolar como política pública, explicitando as características referentes à regulamentação da gestão escolar.

Referência

- ANDRADE, Maria Edgleuma de. Gestão democrática na escola pública. In: GOMES, Alfredo Macedo. Políticas públicas e gestão da educação. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.
- CUNHA, L. A. A organização do campo educacional: as conferências brasileiras de educação. **Educação & Sociedade**. Campinas, ano 3. n. 9, mai., 1981.
- LIBÂNEO, José Carlo; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.
- MAINARDES, Jefferson. ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.
- PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. SP: Cortez, 2011.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009.
- SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas: Autores Associados. 2008.